

tervenções urbanísticas pontuais limitadas à concepção espetacular da cidade, numa clara apropriação do que há de mais “comportamental” e imagético na idéia de identidade visual urbana das correntes tradicionais do desenho urbano anglo-saxão. Todos esses elementos sugerem, se não uma mudança de paradigma da gestão urbana contemporânea, pelo menos uma nova forma de os capitais privados se reproduzirem na cidade pós-fordista.

O Planejamento Estratégico (antiga técnica militar, depois convertida em modelo empresarial) e a Parceria Público-Privada seriam, portanto, ferramentas com efeito de promoção da acumulação capitalista em bases até certo ponto renovadas, dadas as exigências contemporâneas da produção e dos serviços a ela correlatos, bem como do capital financeirizado. O Planejamento Estratégico opera primordialmente no plano da retórica, dos discursos e da argumentação, uma vez que costuma revestir de articulação intersetorial procedimentos de produção ritualizada de consenso político. As parcerias, por sua vez, se mostram como instrumentos de priorização de investimento em atividades e infra-estruturas rentáveis, em detrimento daqueles – “ultrapassados” – investimentos universalistas do Estado de Bem-Estar Social. A autora coloca uma hipótese provocativa, em caráter provisório, ao final do texto: a promoção dos setores imobiliário, comercial de médio e alto padrão e de serviços avançados não teria relação com o fato de esses buscarem maior rentabilidade e também por estarem ligados mais diretamente à base fiscal dos municípios do que a produção industrial?

Valendo-se do inegável apelo filosófico da crítica ao modernismo funcionalista e suas mazelas, o Planejamento Estratégico, seu urbanismo *just in time* e seu planejamento urbano flexível representariam uma “neoliberalização” da política urbana. Como tal, exibem contradições entre retórica (a “desregulamentação”) e prática concreta (os vários subsídios e prioridades). Analisar a dimensão e, principalmente, os efeitos e o aspecto qualitativo desse modelo contemporâneo de incorporação da política urbana à regulação capitalista não é apenas uma tarefa política, mas parte do processo de construção de conhecimento e de seu reatamento social. Em que pese o caráter parcial da crítica, próprio do processo de sedimentação e amadurecimento de sua construção, o debate está posto e em curso, para que seja possível identificar os sentidos dos novos modelos de política urbana.

SUSTAINABLE PLACE

Christine Phillips

West Sussex, England: Wiley-Academy, 2003. 218p.

Roberto Anderson de Miranda Magalhães

Doutorando do Prourb/UFRJ e coordenador da Área de Urbanismo do Centro de Arquitetura e Artes da USU

Segundo Roger-Machart (1997),¹ grande parte da literatura sobre cidades sustentáveis permanece focada nesse conceito, buscando explicar por que e como as cidades deveriam ser sustentáveis. No entanto, haveria pouca exploração acerca dos meios de sua implementação. O livro de Christine Phillips torna-se interessante na medida em que tenta definir um método de avaliação da sustentabilidade urbana e sua aplicação, fornecendo material para uma crítica da “insustentabilidade” das cidades. A autora doutorou-se pelo AA Environment & Energy Studies Programme entre 1995/1998, na Inglaterra, e sua experiência anterior esteve ligada às artes, tendo trabalhado como perspectivista em vários projetos, como o Victoria & Alfred Waterfront.

Sustainable place divide-se em duas partes. Na primeira, a autora apresenta dois estudos de caso: San Gimignano (Itália) e Ludlow (Inglaterra), onde aplica sua metodologia de análise das condições de sustentabilidade. Na segunda parte, apresenta três projetos que têm o mérito de trazer informações úteis para a constituição de um “desenho urbano ecológico”. Em ambas as partes, percebe-se que a autora parece crer numa sustentabilidade objetiva, mensurável a partir de indicadores ou construída a partir de projeto.

Citando Yannas (1998),² Phillips relaciona algumas considerações em relação ao microclima das cidades como a atenção à forma das construções, cujas densidade e tipo interferem com os fluxos de ar, a visão do sol e do céu e a área de superfície exposta; sublinha a necessidade de se evitar a “Rua Canyon”, já que a proporção entre a largura e a altura das edificações, bem como a sua orientação influenciam as condições de conforto termal e visual, e a poluição; a atenção ao desenho das edificações e à capacidade termal e ao al-

¹ ROGER-MACHART, C. The sustainable city – myth or reality? *T&CP*, fev. 1997, p.53-5.

² YANNAS, S. Living with the city. Urban design and environmental sustainability. In: *Environmentally Friendly Cities*, James and James (London). Proceedings of PLEA (Passive and Low Energy Architecture) international conference, 1998.

bedo (reflexibilidade das cores) das superfícies externas que, também, influenciam as condições térmicas; destaca o papel do acabamento dos materiais urbanos e das superfícies, que influenciam a absorção, a acumulação de calor e a capacidade de emissão de calor; o mesmo com relação à vegetação que, por meio da evapotranspiração, propicia processos de resfriamento e, por fim, a necessidade da redução de tráfego de veículos para reduzir a poluição do ar e a sonora, assim como as descargas de calor.

Phillips levanta a seguinte hipótese sobre a sustentabilidade: “num lugar, a qualidade e a condição da paisagem (*landscape*) e da arquitetura são indicativos do estado de sustentabilidade – a adequação e as respostas humanas às condições físicas, necessidades psicológicas e funcionais, identidade cultural e necessidades institucionais num meio ambiente particular” (p.ix – tradução do autor). Nos estudos de caso apresentados, no entanto, as análises nem sempre se referem à noção estrita de sustentabilidade ambiental, muitas vezes referindo-se à capacidade econômica da cidade, desconsiderando que a *performance* econômica das cidades, quando descolada das dimensões sociais e físico-ambientais, pode estar bem distante do ideal de práticas espaciais reprodutíveis no tempo. Tal situação reflete um certo esmaecimento do foco ambiental em razão da ampliação das variáveis a serem consideradas na questão da sustentabilidade.

A autora segue um método composto de quatro estágios: observação; avaliação dos indicadores de sustentabilidade; avaliação da sustentabilidade do lugar a partir dos indicadores, classificada pela autora como alta, moderada ou baixa; e, por fim, proposição de ações a partir da análise dos indicadores de sustentabilidade. Esses são divididos pela autora em quatro grandes áreas: condições físicas, necessidades funcionais, requisitos institucionais e identidade cultural. Os indicadores abrangem um amplo espectro de análise como sítio, clima, edificações, patrimônio ambiental e histórico, topografia, centralidades, sistemas de transporte público, espaços públicos ou privados, qualidade prazerosa do lugar, grau de auto-suficiência, cultivos e florestas, estoque de recursos materiais, uso de energia renovável, biodiversidade, degeneração do meio ambiente, sistemas passivos de controle de resfriamento e umidade, tecnologias disponíveis, reciclagem de materiais, propriedade da terra, atividades produtivas, siste-

mas de incentivo à eficiência e à economia de recursos, profissionalização do governo, comunicação e infraestrutura, legislação, serviços de seguridade social, mudanças populacionais, sociedades e organizações, escala humana, individualidade, comportamento e atitudes, estimulação cultural, senso comunitário, tolerância religiosa e étnica, criatividade (capacidade de transformar potencialidade em realidade), pobreza e particularidades locais.

Descrevendo o projeto vencedor para o redesenvolvimento da área do Forte em Colombo (Sri Lanka), de 1996, de autoria do Millenium Consortium, um dos estudos de caso apresentados, a autora informa que ele se destinou-se a uma área de negócios que requeria vitalidade e que as questões ambientais estavam relacionadas às altas temperaturas locais e à alta umidade do ar. O projeto que se utilizou de uma estratégia de desenho urbano *pinball*, com vários pontos focais marcando a centralidade do lugar, adotou soluções como a criação de áreas sombreadas através de vegetação de diversos portes e pérgulas; o transporte por bonde; a pedestrianização de áreas; e projetos para tratamento climático das edificações.

Já o Plano para Canon's Marsh, na área portuária de Bristol (Inglaterra), de Edward Cullinan Architects, tratou de uma área onde havia contaminação do solo e o impacto de ventos fortes, que poderiam inviabilizar o projeto de construção de residências, escritórios e espaços de lazer. Assim, além da descontaminação do solo, foi feito o plantio de árvores criando barreiras contra o vento.

Por fim, é analisado o projeto para Coffee Creek Center, em Chesterton (Indiana – EUA), de William McDonough et al., projeto reconhecido pelo Urban Land Institute, pela Agência Americana de Proteção Ambiental e pelo Departamento Americano de Energia como modelo para desenvolvimento futuro. Trata-se, efetivamente, de um interessante exemplo de investimento imobiliário baseado na atratividade de projetos ambientalmente orientados, desenvolvido por William McDonough³ et al. e Looney Ricks Kissand

³ Decano da Escola de Arquitetura da Universidade da Virgínia. Em entrevista à revista Time (1999), o arquiteto afirmou: "Em Oberlin (Oberlin College, projetado com John Todd, uma edificação que, usando energia solar, produzirá mais energia do que consome e purificará suas águas servidas para reciclagem) nos perguntamos como seria desenhar um prédio como uma árvore? Em Coffee Creek, nos perguntamos como seria uma cidade que fosse como uma floresta?".

Gibbs Planning Group para a Lake Erie Land Company, numa área adquirida em 1995, com 272 ha, localizada a sudeste de Chicago. O sítio onde se localiza é cortado pela calha do Rio Coffee Creek e apresentava degradação ambiental anterior, com problemas de erosão e queda de biodiversidade.

O plano de urbanização previu uma série de áreas de vizinhança compactas, de uso misto, orientadas para os pedestres, onde a implantação de residências (três mil unidades), locais de trabalho e comércio não afetassem o terreno. Foram reservados 68 ha para uma área de conservação da bacia do rio que atravessa a área urbana. Os trabalhos iniciais de recuperação ecológica e reengenharia hidrológica duraram dois anos, após os quais as primeiras casas foram construídas. A implan-

tação do projeto tem previsão de completar-se em 2015, quando, prevê-se, atingirá um estágio ecologicamente sustentável, com uma economia autocontida. Há, ainda, estudos para o desenvolvimento de um distrito eco-industrial. Destaque-se, também, o interessante sistema de drenagem natural e de tratamento de esgotos utilizado pelo projeto.

É, em suma, na apresentação de experiências de projetos de intervenção que a autora mais contribui para o debate sobre a sustentabilidade, já que sua metodologia de mensuração ainda é bastante discutível. Resta saber se o poder da exemplificação, ou seja, a expansão das chamadas “boas práticas”, terá capacidade de provocar uma alteração substancial no quadro ambiental prevalecente.